

### MOÇÃO DE APELO

#### POR UM PROGRAMA NACIONAL DE VACINAÇÃO ABRANGENTE E PARA TODA A POPULAÇÃO BRASILEIRA

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS, reunido em 16/12/2020,

CONSIDERANDO QUE o Brasil já ultrapassou, nesse mês de dezembro, mais de 6,6 milhões de casos e 178 mil mortes. São Paulo, por sua vez, já contabiliza mais de 1 milhão e 300 mil casos e aproximadamente 44 mil óbitos, enquanto em Campinas já são aproximadamente 46 mil casos e mais de 1400 óbitos;

CONSIDERANDO QUE esses números estão subestimados, de tal modo que o número real de contaminados pode ser 4 ou mais vezes os oficiais, que estes números nunca pararam de crescer, tendo reduzido a sua velocidade nos últimos 3 meses, mantendo-os num platô que atesta a irresponsabilidade e incompetência de grande parte dos nossos governantes, notadamente do governo federal;

CONSIDERANDO QUE estamos assistindo, nesse momento, um recrudescimento da pandemia, com um crescimento acelerado de casos e de óbitos semelhantes àqueles que vivíamos no auge da crise sanitária, por volta de agosto e setembro;

CONSIDERANDO QUE novamente vários estados se encontram na iminência do colapso do sistema hospitalar, prenunciando novas cenas dramáticas de pessoas morrendo em casa ou sem o adequado cuidado;

CONSIDERANDO QUE vários especialistas e pesquisadores afirmam que muitos dos casos e mortes poderiam ter sido evitados caso a pandemia tivesse sido conduzida de maneira mais apropriada e menos sujeita a ações erráticas e negacionistas por parte dos nossos governantes, particularmente do governo federal;

CONSIDERANDO QUE o Ministério da Saúde, em que pese mais 9 meses de início da pandemia, foi incapaz de gestar um plano efetivo para o seu contingenciamento ou de liderar e coordenar estados e municípios, pois o que vimos ao longo desse período foram os entes federados abandonados à própria sorte, buscando suas próprias soluções, o que alguns fizeram de maneira mais eficaz, ao mesmo tempo que outros tomaram atitudes erráticas pressionados por interesses de empresários e do mundo financeiro, não sendo capazes de salvar vidas, nem a economia, de modo que hoje convivemos com milhões de desempregados, pessoas passando fome, aumento de populações vulneráveis e miseráveis;

CONSIDERANDO QUE o governo estadual paulista e o de Campinas, embora sem negar os riscos e gravidade da Covid 19, deixaram a desejar neste enfrentamento, não realizando o número de testes necessários para isolar e buscar suspeitos, flexibilizando o isolamento social quando não deviam, não tendo sido capazes de fazer o “lockdown” quando era necessário, sempre cedendo às pressões de empresários e do comércio, conforme várias evidências apontadas pela imprensa, especialistas e por este Conselho.;

CONSIDERANDO QUE entre o primeiro e segundo turno das eleições de 2020 o número de casos já vinha se elevando em várias regiões do estado, exigindo mais rigor e retorno do Plano São Paulo a fases anteriores do isolamento, mas isso só foi acontecer um dia depois de anunciado os resultados eleitorais do segundo turno;

CONSIDERANDO QUE há aproximadamente dois meses, com os primeiros anúncios da possibilidade de usar vacinas eficazes no início de 2021, estamos assistindo, perplexos, os governos praticamente abandonarem o esforço para manter o isolamento social, a testagem em massa dos suspeitos e outras medidas de prevenção;

CONSIDERANDO QUE tais estratégias, embora insuficientes, necessitariam ser mantidas para evitar um caos ainda maior, ao invés de concentrar quase que exclusivamente na promessa de vacinação como panaceia universal, como se fosse capaz de nos livrar sozinha de uma vez por todas dos altos níveis de contaminação atuais;

CONSIDERANDO QUE ainda prevalecem muitas incógnitas a respeito das vacinas, pois embora vários países já tenham iniciado a vacinação, nem todas foram testadas suficientemente ou concluíram a fase 3 dos estudos, restando dúvidas sobre a eficácia, a durabilidade da imunização, a possibilidade de efeitos colaterais de longo prazo, entre outras questões;

CONSIDERANDO QUE, mesmo que a vacina tenha eficácia muito alta, como os estudos preliminares prometem, não será possível vacinar toda a população em curto espaço de tempo, necessitando que convivamos por muito tempo com as medidas de prevenção já comprovadas como eficazes – o uso de máscaras, higiene das mãos, testagem em massa, busca ativa de suspeitos e, ainda, uma grande taxa de isolamento social por um bom período, sob coordenação de uma atenção primária forte e protagonista das ações territoriais e nas comunidades, não só para contingenciar a pandemia, mas também cuidando dos nossos pacientes com doenças crônicas e outras epidemias concomitantes como a dengue, Zika e outras que podem estar por vir;

CONSIDERANDO QUE a atenção primária não é prioridade real dos governos federal, estadual e municipal, como atestam os indicadores de cobertura, de acesso e de resultados apontados nos seus relatórios de gestão;

CONSIDERANDO QUE o presidente Bolsonaro e o governador João Dória iniciaram, ambos, com os olhos voltados para as eleições presidenciais de 2022, uma verdadeira “guerra da vacina”, privilegiando seus interesses eleitorais em detrimento do mais importante: a saúde do brasileiro;

CONSIDERANDO QUE aquele mesmo governo federal, negacionista veemente da ciência, da pandemia e das vacinas, só aderiu à necessidade da vacinação por pressão popular e da sociedade civil;

CONSIDERANDO QUE, ainda assim, ocupou a ANVISA, além do próprio Ministério da Saúde, com militares que, se entendem de táticas de guerra, nada entendem do SUS, do seu exemplar programa nacional de imunização e da logística necessária para vacinar um país continental e com realidades tão diversas;

CONSIDERANDO QUE essa ocupação amplia a desconfiança de uso político de tão importante órgão, pois acontece num contexto em que o governo federal, por diversas vezes, através do presidente da república, negou a possibilidade de utilizar-se da vacina Coronavac, desenvolvida por empresa chinesa em parceria com o Estado de São Paulo;

CONSIDERANDO as insinuações do governo federal de descartar a “vacina de São Paulo” ou Coronavac para uso da população brasileira, taxando-a pejorativamente de “vacina chinesa”, pois é desenvolvida pela Sinovac, empresa daquele país, em parceria com o centenário Butantã, patrimônio não só do povo paulista, mas da população brasileira, preferindo definir como vacina prioritária a da AstraZeneca (Oxford), que justamente teve mais problemas, com inconsistências e equívocos no processo de pesquisa;

CONSIDERANDO QUE o governo federal só apresentou um plano de vacinação nacional contra a covid 19 no dia 12 de dezembro por exigência do Supremo Tribunal Federal com muitas inconsistências, como por exemplo, data indefinida para o início da vacinação, indefinição das vacinas a serem adquiridas, critérios discutíveis de escolha das populações a serem vacinadas, entre outras, tendo sido apresentado com a inclusão de nomes de pesquisadores e professores universitários que negaram publicamente ter participado da elaboração de tal “plano”, como também sendo apontado pela Associação Brasileira de Saúde Coletiva como medidas parciais, em alguns casos equivocadas, de responsabilidade exclusiva do governo federal;

CONSIDERANDO QUE tal plano foi precedido, por parte do Ministério da Saúde de notícias desencontradas, ora anunciando o início da vacinação em março de 2021, ora anunciando-a ainda em dezembro com a vacina da Pfizer, informação desmentida pelo diretor da farmacêutica de que não poderia entregá-la nesse prazo;

CONSIDERANDO QUE o governador de São Paulo, numa tentativa de dar xeque-mate no governo federal e vencer a guerra, apresentou recentemente um plano estabelecendo para dia 25 de janeiro o início da vacinação paulista, reafirmando sua capacidade de “nacionalizar” seu nome na disputa eleitoral, mesmo sabendo que essa é uma vacina cujos estudos da fase 3 ainda não foram anunciados, portanto sem registro na Anvisa, o órgão regulador nacional, legalmente capaz de autorizar o uso de medicamentos e imunobiológicos no país;

CONSIDERANDO QUE esse mesmo Governador nunca valorizou a saúde pública, quando propôs amplo programa de privatização de instituições públicas essenciais à saúde paulista, e a atenção primária, nem mesmo nesse período em que todos os sanitaristas e pesquisadores, demonstraram a sua importância para o controle da doença e que, como já apontado, conduziu de maneira errática a luta contra o Coronavírus;

CONSIDERANDO este “show de desinformação” e o uso político-eleitoral daquilo que reside na maior esperança para debelar a pandemia e o caos sanitário, embora como parte de um conjunto de outras ações de prevenção: a possibilidade de vacinar no menor tempo possível toda a população brasileira, temos visto como consequência a população, que no passado aderiu em massa às campanhas de vacinação, fazendo com que alcançássemos coberturas próximas dos 100%, permitindo a erradicação de várias doenças do território nacional, se mostra atualmente cada vez mais arredia à vacina, particularmente à Coronavac, a “vacina chinesa”, conforme mostra Pesquisa do Datafolha, publicada em 12 de dezembro, em que 22% dos entrevistados não querem se vacinar, número que vem crescendo a cada pesquisa, pois era de 9% em agosto;

CONSIDERANDO as sérias consequências disso tudo para um sistema de saúde, já precarizado pelo crônico desfinanciamento, e para os trabalhadores da saúde, exaustos, adoecidos, sem contar o número de mortes entre eles, proporcionalmente maior que em outros países do mundo, cuja campanha de vacinação com essa intensidade de cuidados e qualificação ampliará a sobrecarga de trabalho com novos locais de vacinação e atividades além daquelas que já fazem corriqueiramente;

CONSIDERANDO QUE, embora o Brasil disponha de um dos melhores e mais abrangentes programas de imunização do mundo, capaz de garantir altíssima cobertura, infelizmente, todo esse potencial está sendo colocado em risco pela desastrada e ineficiente condução do Ministério da Saúde deste governo.

Por tudo isso, nós do Conselho Municipal de Saúde de Campinas, APELAMOS e juntamos nossa voz a de outras instituições, movimentos populares, sociais e sindicais, do Conselho Nacional de Saúde e a de outros ex-Ministros da Saúde, para reivindicar, alto e bom som, um plano sólido, abrangente, que contemple todas as vacinas que consigam registro na ANVISA, sem qualquer tipo de discriminação, e que permita ao longo de 2021, garantir vacinação para toda a população brasileira.

Que, sem atrasos, o Ministério da Saúde, organize um plano consistente, com a participação real dos outros entes federados, do Conselho Nacional de Saúde, dos Conselhos Estaduais e Municipais, dos Conselhos de Secretários Estaduais e Municipais de Saúde, das universidades e outros atores e pesquisadores, sem desprezo pela ciência, pela pesquisa e pela grande capacidade dos técnicos da saúde espalhados por todo o país.

Por fim, exigimos a valorização de um SUS universal e, portanto, que toda a população brasileira seja vacinada e não apenas a de um estado ou que esse inicie sem os outros. Isso não significa atrasar a vacinação no Estado de São Paulo se for de fato possível começá-la em 25 de janeiro, mas que o Ministério da Saúde envide todos os esforços



---

para se organizar para também começar o programa na mesma data, em todos os estados. E que, em Campinas, se organize o seu plano local com a participação de todos os atores que possam contribuir, incluindo o Conselho Municipal de Saúde, universidades, trabalhadores da saúde, notadamente da atenção básica, movimentos da sociedade civil, legisladores, entre outros.

**Conselho Municipal de Saúde de Campinas**